

CARLOTA JOAQUINA, A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSONAGEM

Francisca Nogueira de Azevedo

Resumo: Este artigo objetiva examinar a biografia de Carlota Joaquina. Sua história de vida é analisada levando em consideração o contexto no qual ela viveu e as representações sociais sobre as mulheres circulantes durante os séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Carlota Joaquina; biografia; gênero.

Introdução

Os trabalhos recentes sobre a história das mulheres têm superado as temáticas tradicionais da história e biografias de mulheres consideradas notáveis, negando-se a analisá-las num processo linear e progressista de suas lutas e vitórias, superando, assim, uma visão dicotômica e evitando a "vitimização" e "heroicização" das personagens.

Especificamente quanto às biografias, nas últimas décadas, verificou-se o crescimento do interesse pelo gênero biográfico e autobiográfico, certamente estimulado pelos novos aportes teórico-metodológicos experimentados pela história. A biografia, hoje, tem como objetivo fundamental levar à compreensão de uma época, revelando o que é permanente, indicando as diferenças, permitindo

do perceber a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Entendida dessa forma, a biografia talvez seja um empreendimento de homologação do conhecimento adquirido ou das idéias aceitas sobre um homem ou mulher, ou mesmo de relações entre um sistema político e o coletivo (LEVILLAIN, 1996).

Carlota Joaquina: parâmetros de análise e biografia

No estudo que realizamos sobre Carlota Joaquina, a personagem foi tratada pelo prisma de uma trajetória de vida, pois esta opção metodológica nos permitiu perceber o profundo da fragmentação da existência feminina vivida no cenário cultural ibérico no período da

passagem do século XVIII para o XIX, marcado pela contradição de uma modernidade inibida pela forte pressão do pensamento religioso, confrontando-se como num duelo entre os ideais do iluminismo e os da filosofia escolástica.

Para compreender o itinerário da vida de Carlota Joaquina, assim como a construção de sua imagem pública, é necessário conduzir as análises por duas vertentes. De um lado, examinar a história da condição feminina entre os séculos XVIII e XIX; do outro, realizar avaliação crítica sobre os discursos historiográficos responsáveis pela criação de um modelo negativo de mulher que tende a se fixar no imaginário social.

Naturalmente, no âmbito deste texto não será possível fazer um trabalho mais profundo sobre as duas questões. O que pretendemos é enunciar algumas reflexões sobre o tema, a fim de problematizar os estereótipos que qualificam e definem o perfil de Carlota Joaquina nos espaços público e privado.

Inicialmente, devemos lembrar que o discurso que marca os ideais da filosofia das Luzes sobre o tema da feminilidade tem como principal referência a obra "A nova Heloísa", de Jean-Jacques Rousseau. Invertendo a perspectiva cristã, Rousseau afirma que a mulher é o modelo primordial do ser humano. Porém, ao perder o estado natural, converte-se em um ser artificial, falso e mundano, sendo sua regeneração possível através do amor materno e conjugal. A "Enciclopédia", obra modelo da Ilustração, descreve exaustivamente o conceito que os ilustrados tinham do feminino:

A felicidade [da mulher] reside em ignorar o que o mundo chama de prazeres; sua gló-

ria consiste em viver de maneira oculta. Se limita às obrigações de esposa e da mãe e sacrifica seus dias com a prática das "virtudes aparentemente pouco gloriosas". [...] Seu lar é o lugar de "sentimentos religiosos", "devoção infantil", "amor conjugal", "afeto maternal". [...] Seu caráter discreto e solene produz respeito; é apreciada por sua "indulgência" e sua "sensibilidade", e temida por sua prudência e sua decisão. Ela emana calor, pura luz, que ilumina e dá vida a tudo quanto está a sua volta (JAUCH, 1995, p. 127).

Essas obras difundem, ao longo do século XIX, conceitos morais e éticos relativos à feminilidade, que chegaram até nossos dias. As representações da mulher são elaboradas, sobretudo, pela oposição homem/razão/cultura *versus* mulher/instinto/natureza. Essa proposta parte da perspectiva marcada pela crença na existência de duas "espécies", às quais são conferidas sinais característicos distintos (ENGEL, 1989, p. 239). O que se conclui é que a "heroína virtuosa" é produto de leis morais masculinas que consistem, antes de tudo, em fazer prevalecer um ideário de virtudes femininas, determinadas por valores masculinos.

Se a Ilustração, na maioria dos países da Europa ocidental, não inova em termos de moral feminina, em Portugal, percebe-se um certo retrocesso. Na segunda metade do século XVIII, Bartolomeu Rebelo, patriarca de Lisboa, propõe o retorno de rigorosa disciplina familiar, ao descrever a situação de "libertinagem" que conduz as doutrinas do Concílio de Trento, propagadas pelos teólogos jesuítas, sublinhando o caráter essencialmente voluntário dos atos de fé (HESPANA, 1992, p. 226). Em um mundo de homens, as mulheres serão naturalmente as mais atingidas pelo furor con-

servador ocorrido durante o reinado de D. Maria I.

Por outro lado, o clima revolucionário que precede à Revolução Francesa desperta as mulheres para atitudes mais radicais. É um período em que se registram transformações dos costumes e uma insubmissão crescente das esposas. Essas mudanças mexem com os papéis femininos, gerando contradições entre a norma e a realidade e, assim, criam brechas profundas na mentalidade comum dos homens e das mulheres. As idéias propagadas no exterior que exaltam o amor, a mulher, a vida e os prazeres chegam a Lisboa sem cessar. A conscientização das mulheres e a recusa progressiva a restringirem-se aos espaços e papéis anteriores geram o pânico da desordem social, fazendo com que as forças tradicionais se conjuguem para combater esta nova sociabilidade. A Real Mesa Censória, criada em 1768, exerce influência decisiva na divulgação de modelos de comportamento. Os modelos paradigmáticos das mulheres oscilam entre os limites da imagem negativa de Eva – a pecadora – e seu modelo corretivo, Maria. Nesse universo, às mulheres restam apenas os espaços claustrais do lar ou do convento, desempenhando nos dois o mesmo papel, com dedicação exclusiva ao esposo terreno ou divino. A violação dessas normas significa a perda definitiva do respeito social.

Em relação à segunda vertente, é importante lembrar que o século XIX é o século das revoluções, dos impérios, dos operários e operárias, das nações, do nacionalismo e da ciência. No âmbito do século XIX, vive-se a era romântica, a vitoriana, a liberal. É um século em que, por contradição, reinam a nostalgia, a sensação de transformação total e as incertezas. É também o “século da Histó-

ria”, devido ao grande surto historiográfico e reflexivo e ao correlato conhecimento da utilidade social e político-ideológica do saber histórico. O movimento liberal e as transformações sociais e políticas exigiram dos historiadores do século XIX reinvenções e/ou interpretações do passado como legitimadores de um presente que se quer construir. Nesse sentido, a historiografia, apesar de falar em nome da razão crítica, se edifica sobre silêncios, esquecimentos e reinterpretções do passado, criando uma galeria de mitos e heróis que são correlatos a diferentes momentos da história nacional.

No Brasil, como na maioria dos países da América Latina, os historiadores do século XIX saem em busca de heróis e anti-heróis nacionais, de indivíduos que sirvam para representar os fundadores de uma nacionalidade que se faz necessário construir. Assim, enquanto muitos personagens freqüentarão a plêiade dos ilustres construtores da nação, outros serão escolhidos como contraponto a estes, representando o modelo inverso, o negativo. Nesse universo maniqueísta de bons e maus, Carlota Joaquina irá representar o contraponto do modelo idealizado de mulher que dignifique nosso passado, sua imagem, marcada pela ambição e luxúria, contrapõe-se à do marido, bondoso e bonachão. Observa-se que, no afã de simbolizar a negação do modelo ideal de mulher, recupera-se a imagem de Carlota Joaquina, forjada pela memória de seus contemporâneos, que compartilharam de uma época em que a grave crise política européia propiciava as rivalidades e as disputas entre os membros da nobreza e da diplomacia ibérica.

A história da Corte de D. João VI no Brasil é inseparável do anedotário que traça o perfil de sua mulher. Praticamente

não há na historiografia luso-brasileira personagem que tenha sido tão desmoralizada. Como lembra o historiador português Luís Torgal (apud HESPANA, 1992, p. 66): “[...] as análises disponíveis sobre esta personagem da história portuguesa apenas transmitem uma lenda negra ou anedótica”. Embora não seja o objetivo deste trabalho proceder a uma análise da historiografia referente a Carlota Joaquina, lançaremos mão de algumas obras clássicas de História do Brasil que tratam do período joanino, para tentarmos compreender os caminhos percorridos pelos historiadores para a construção da personagem Carlota Joaquina.

Uma questão comum à maioria dos historiadores é o permanente confronto entre o casal real. Confronto não apenas no cotidiano conjugal, mas, particularmente, em relação à sexualidade e exagerada volúpia da princesa do Brasil.

Não há memória, em toda a História portuguesa, de um rei que fosse, como D. João, tão ignosamente enganado pela esposa. Chega a causar espanto. Carlota Joaquina, ao procurar os seus amantes, além disso, nem o senso da escolha tinha. Tudo lhe servia, tudo, desde que tivesse a forma aproximada de um homem. Até os subalternos da Quinta do Ramalhão não escaparam à sua depravação messalinica. [...] Na Corte de Lisboa, a mulher de D. João lembrava uma gata, eternamente no cio, a latejar luxúria (EDMUNDO, 1939, p. 231).

É assim que a descreve o jornalista e historiador carioca, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Luiz Edmundo. Não muito diferente é a opinião de seu companheiro do IHGB, o ilustre diplomata e também historiador Manuel de Oliveira Lima (1908, p. 38), que a considera “Um dos maiores, senão o maior estorvo da vida de D. João VI”.

Para outro historiador, também diplomata e membro do IHGB, Arthur Renato da Rocha (1927, p. 263), enquanto “D. João iniciou a *Vita nuova* da colônia, abrindo-lhe os portos ao comércio estrangeiro e tornando possível o desenvolvimento e a prosperidade da pátria”, sua mulher

[...] andava pelos desvãos do paço real a perfídia, a ambição e a luxúria nymphomaniaca de D. Carlota Joaquina, a tecer, mixto incongruente de Penélope e de Messalina, a rede de intrigas, na ânsia incontida e insaciável de ser um dia a rainha soberana do Vice-Reino Independente de Buenos Aires.

Pode-se argumentar que, particularmente em Portugal, o sistema normativo que ordena a sociedade lusitana no século XIX privava a mulher do convívio social, mantendo-a presa ao cotidiano doméstico, seja em casa do pai, do marido ou no convento, quando freira, mas sempre recolhida a um espaço reservado. Sua transcendência lhe era permitida unicamente através da intermediação do homem. Entretanto, embora se possa falar de forma geral em uma moral feminina durante o Antigo Regime, a mulher da aristocracia gozava de certo grau de liberdade. Ela não é a esposa inculta e dedicada mãe de família preconizada pela mentalidade burguesa. Muitas delas são instruídas em ricos conventos e obrigadas a casamentos de conveniência: “[...] elige a sus amantes, ejerce su talento para el ingenio, aconseja a los principes y terciá en cuestiones de filosofía” (ROUDINESCO, 1990, p. 28). No caso de Carlota Joaquina, observando seus autores prediletos, como também a formação de seu tutor, que acompanhou-a quando deixou Madri, pode-se concluir que sua inquietude passa por uma formação intelectual questionadora. Talvez

isso explique, em parte, suas respostas e atitudes diante dos dilemas existenciais. Entre esses autores, encontra-se Pedro Abelardo (1079-1142), um teólogo seguidor do pensamento de Aristóteles e apaixonado pela dialética. É condenado, sob acusação de negar o mérito da fé, ao afirmar ser possível compreender pela razão tudo o que se dizia a respeito de Deus. Seu livro *Ética* enfatiza o poder da responsabilidade, discutindo a questão do pecado original. Um outro autor foi Fénelon (François de Salignac de la Moth-Fénelon – 1651–1714), também teólogo, que chegou a arcebispo de Cambrai. Ele publicou vários livros, dentre os quais, destacam-se *Tratado da educação das moças* e *Aventuras de Telêmaco*, este último, um romance moral e político. Em *Telêmaco*, Fénelon introduz suas idéias políticas e conselhos sobre os deveres de um rei, através de alusões satíricas que irritam o monarca Luís XIV. No verbete encontrado sobre o autor na *Enciclopédia Delta Larousse* (1962, p. 3558), lê-se: “Grande senhor pelo espírito, [...] já manifesta em sua obra essa inquietação sentimental e também esse espírito de reforma e de novidade que predominaram no século XVIII”. Outro autor preferido é o escritor e intelectual espanhol Garcilazo de la Vega.

Por outro lado, a tênue divisão entre o espaço público e privado não permite um olhar diferente sobre o papel político protagonizado por Carlota Joaquina. Assim, a idéia que se constrói da “Princesa do Brasil” não difere nesses dois espaços. Sua atividade política é sempre fruto de desenfreada ambição, invalidando qualquer de seus projetos políticos e insinuando que seus atos públicos são resultados de atitudes individuais, com o propósito de se contrapor ao ma-

rado. No entanto, seu interesse no destino das colônias espanholas da América, e particularmente em Buenos Aires, não pode ser considerado, simplesmente, como fruto isolado de sua ambição, pois ilustres homens da nobreza espanhola, alguns expoentes da elite *criolla*, tal como o argentino Manuel Belgrano, deram apoio ao projeto carlotista.

Nos livros de contos e romances que ilustram a literatura moderna, encontram-se freqüentemente modelos contrapostos de mulheres que oscilam entre as que são virtuosas e seu oposto, as párias. As virtuosas são sempre representadas por mulheres extremamente femininas, claras, belas, em atitudes que simbolizam pureza e bondade, sugerindo a imagem e semelhança com a Virgem Maria. No extremo oposto, as párias, não tão alvas, feias, perversas, com sua imagem comumente associada às feiticeiras e às bruxas que enriquecem os romances e contos medievais, reinventados na maioria das histórias infantis. Para os historiadores brasileiros, Carlota Joaquina é incluída de forma recorrente no segundo grupo de mulheres. Sua feiúra e falta de feminilidade são ressaltadas, e buriladas com diferentes adjetivos pelas penas mordazes dos construtores de nossa nacionalidade.

Na respeitada coleção História da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Hollanda (1967, p. 29), por exemplo, pode-se ler: “[...] era natural que [D. João] quisesse desvencilhar-se de tão incômoda personagem, que se transmutara, com os anos, de menina piolhenta e bexigosa, que chegara em Lisboa em 1785, na megera que desembarcou no Rio de Janeiro em 1808”.

Luiz Edmundo (1939, p. 231) não é menos enfático ao considerar que “D. Carlota Joaquina devia ter sido feia, em criança, como feia foi em moça e horrenda depois de velha, das mais feias princezas que já se sentaram em throno portuguez”. No entanto, em uma leitura mais atenta, não é difícil encontrar contradições e ambigüidades nesta mesma historiografia. Não seria um erro concluir que essas contradições e ambigüidades são inerentes a avaliações determinadas por paradigmas éticos e morais pautados em realidades abstratas, em que os desejos e as frustrações de determinados grupos sociais passam a definir a conduta e o comportamento de toda a sociedade, sem considerar aspectos de diversidade cultural ou características específicas à natureza humana. Assim, embora considerando Carlota Joaquina uma mulher infiel, ambiciosa, perversa etc., esses mesmos autores deixam escapar certa admiração por sua sensibilidade e intuição política. Escreve o respeitado historiador J. Pandiá Calógeras (1927, p. 396):

D. Carlota Joaquina, sua esposa, feia despótica, libidinosa grosseira, inteligente e entusiasta, figura popular por dirigir-se as paixões da multidão, capaz de inspirar sacrifícios, como bandeira que se tornou uma causa com inúmeros adeptos. O absolutismo intransigente, foi a grande vítima do facto, de que não tinha culpa, de se encerrar uma forte alma masculina num corpo, pouco favorecido embora, de mulher.

Enfatiza Manuel de Oliveira Lima (1908, p. 38):

Dona Carlota era capaz de exhibir qualidades de sedução, de certo mais intellectual que physica, visto ser tão desgraciosa. Viva, espirotuosa, enredadora, faceira... O facto é que conseguiu que vários homens de merecimento jungissem n'um momento dado os

interesses aos seus, e que outros se prestassem a servi-la com zelo e dedicação.

A opinião de Pedro Calmon (1935, p. 123), no livro que escreveu sobre a vida de D. João, é:

Carlota Joaquina foi mais feia, tão inteligente e ambiciosa, mais apaixonada e política, ainda menos avessa a feminilidade das lindas roupagens e do toucador francês. [...] Quando a casaram, completára dez anos. Aliava á esperteza excepcional, á maravilhosa memoria, um espirito artistico precoce, uma instrução variada, de idiomas e letras, uma inquietação promissôra.

A. Varnhagem (1953, p. 99), analisando a política joanina para o rio da Prata, destaca:

Em Buenos Aires se entusiasmaram em favor do projecto de aclamarem a princesa os principais corifeus que aspiravam à independência, começando pelo célebre Belgrano, os dois Pena.

Varnhagem, Pedro Calmon, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras e Sergio Buarque de Hollanda, todos grandes nomes de nossa historiografia, filiados a diferentes correntes historiográficas, caíram na armadilha da História, e emitiram opiniões de forma acrítica, marcadas por juízo de valor, consolidando um discurso repleto de contradições e preconceito. Para os historiadores citados, Carlota Joaquina é feia, desgraciosa mas inteligente. Pouco feminina, porém não era culpada por ter “alma masculina”. Uma mulher bonita não poderia ser inteligente, assim como uma mulher interessada em política não podia ser feminina nem ligada às “coisas do toucador”. A correlação mulher, inteligência e política não fazia parte do universo feminino, ainda mais quando a diretriz política da mu-

lher se contrapunha às determinações políticas do marido. Nesse contexto, entendemos que a avaliação do papel histórico de Carlota Joaquina será mais bem compreendida quando analisada no âmbito de estudos sobre relações de gênero.

Por outro lado, a historiografia brasileira citada foi publicada entre os anos 20 e 40 do século XX, um momento de redefinição do projeto nacional que se vem delineando desde o final do século XIX. A nova República necessita de heróis que a representem e a justifiquem simbolicamente. Naquele momento, os méritos do período monárquico devem ser esquecidos ou esmaecidos, enquanto se procura recuperar e/ou ressaltar fatos e personagens da monarquia que pudessem sustentar o discurso e a criação de elementos de representação simbólica contra o regime monárquico. Carlota Joaquina e mesmo D. João passaram a representar nosso desprezo pela monarquia e pelos portugueses.

Numa rápida avaliação da produção historiográfica de outras nações em que Carlota Joaquina atuou politicamente, observam-se também dificuldades em romper com a imagem criada pela historiografia lusa e brasileira. Enquanto no Brasil sua historicidade é sempre analisada sob a marca da “lenda negra”, em Portugal, sua memória oscila entre a “lenda negra” e a “lenda dourada” (PEREIRA, 1999). Essas duas construções datam de uma mesma época. A apologética nasceu a partir de sua atuação contra-revolucionária, após 1822, especialmente quando se negou a assinar e a prestar juramento à Constituição, dirigindo, de forma vitoriosa, movimentos como os da Vila-Francada, Abrilada e, finalmente, o movimento miguelista, que culminou com a ascensão de D. Miguel ao trono

português. Assim, a “megera de Queluz”, a “Messalina” do discurso liberal, transformou-se em “heroína” – a “Isabel dos novos tempos” – para os que lutaram pelo retorno do absolutismo. No entanto, essas obras são muito escassas e pouco divulgadas, e a imagem que na realidade prevalece é a da “Megera de Queluz”.

Na historiografia argentina, produzida na mesma época da brasileira, verifica-se influência marcante da produção luso-brasileira. Os mesmos adjetivos e, muitas vezes, definições de autores como Oliveira Lima e Mello Moraes são repetidos por historiadores argentinos na construção do perfil de Carlota Joaquina. No que diz respeito a sua influência na política platina entre 1809 e 1813, os historiadores consideram-na agente do expansionismo português e/ou líder de uma política pessoal com o objetivo de tornar-se rainha do rio da Prata. Na realidade, os historiadores recusam-se a aceitar a articulação de seus heróis nacionais, entre eles, Manuel Belgrano, com uma infanta espanhola. Assim, minimizam o movimento “carlotista”, aceitando uma inicial articulação entre a liderança portenha e Carlota Joaquina, rompida em seguida, em virtude do acentuado caráter absolutista da infanta. Fica evidente a dificuldade da historiografia, que pretende ressaltar o viés liberal do movimento de independência, como também, a vanguarda intelectual dos construtores da nação, em aceitar que os revolucionários e, posteriormente, os patriarcas da nova nação tiveram como alternativa política a regência de Carlota Joaquina, irmã do absolutista Fernando VII. Diante desse impasse, os historiadores argentinos preferem tratar marginalmente o assunto, reproduzindo a imagem de Carlota Joaquina desenhada pelos brasileiros, e

tratando esse período da História do país como uma fase do expansionismo português às províncias platinas.

Na Espanha, os historiadores também se encontram numa encruzilhada. A partir de Carlos IV, a trajetória da monarquia de Borbón não é das mais gloriosas. Sobre o reinado de Carlos IV, a historiografia é extremamente reduzida. A história desse período concentra-se nas arbitrariedades do “Príncipe da Paz” – Manuel Godoy – e nos casos de alcova da rainha Maria Luisa. Quanto a Fernando VII, fica para a posteridade como responsável pelo retorno do absolutismo à Espanha. Nesse contexto, ao analisar a participação de Carlota Joaquina na guerra da independência espanhola, a maioria dos autores é reticente sem efetivamente demonstrar seu papel diante das Juntas Centrais e do Conselho de Regência, ou praticamente a excluem do processo. Entretanto, há alguns indícios da popularidade de Carlota Joaquina na Espanha, possivelmente provenientes dessa época. Por exemplo, uma das principais ruas do centro de Barcelona, a atual Josep Torradella, que liga a estação de trem Barcelona-Sans à avenida Diagonal, chamou-se, até o final do franquismo, Infanta Carlota Joaquina. Esta associação justifica-se pelo fato de a Junta da Catalunha ter-se declarado favorável à regência de D. Carlota. Em livro intitulado *Retratos de Mujeres Españolas del Siglo XIX* (BAYO; BUENO, 1924), além da indicação das duas filhas casadas com os Borbóns espanhóis, aparece curta biografia de Carlota Joaquina. O interessante é que a gravura que ilustra essa biografia é um retrato da infanta existente no Museu do Prado, da época em que deixou a Espanha. Talvez fosse a intenção do au-

tor lembrá-la mais como a neta de Carlos III, do que como rainha de Portugal.

Finalmente, é importante ressaltar que a fronteira entre os séculos XVIII e XIX é considerada uma época de crise, revolucionária no seu sentido mais amplo. Vivenciar transformações dessa natureza deve representar, para os indivíduos da época, conflitos intensos. O mundo encontra-se de “cabeça para baixo”, a rigidez da ordenação do Antigo Regime está ameaçada, todos os valores corrompidos, e as mulheres, talvez mais do que os homens, sofrem essas transformações, pois, além de assimilar as novidades que a sociedade modernizada impõe, precisam lutar para se inserir nas novas brechas que se abrem. A conquista desses espaços gera tensões e conflitos, pois impõe também a reformulação da mulher sobre si própria. Não restam dúvidas de que essa mutação dos papéis femininos exige audácia das primeiras vanguardas. Os passos iniciais são, freqüentemente, desconexos, hesitantes e, certamente, incompreensíveis para os contemporâneos. Caminhando nessa direção, é provável que possamos entender melhor por que Carlota Joaquina (1775-1830), como outras mulheres da aristocracia ou do povo, muitas delas ainda no anonimato, são censuradas ao se rebelarem contra a condenação de passar a existência como sombras, espectros, a não ser que optem por adornar as conversações dos salões ilustrados ou, quando pobres, dividam a lida diária com os maridos.

A história de dona Carlota Joaquina, como a de muitas mulheres que permanecem “nas margens” da História, oferece ao historiador oportunidade rara para o exercício da construção/desconstrução

das relações de gênero e, assim, das próprias histórias nacionais, reavaliando e reinterpretando diferentes personagens históricos e a época em que viveram.

Abstract: *This article aims at examining Carlota Joaquina 's biography. Her life story is analysed taking into account the context where she lived and the social representations of women during the eighteenth and nineteenth century.*

Keywords: *Carlota Joaquina – biography - gender*

Referências

- BAYO, Joaquim Ezquerro del; BUENO, Luis Pérez. *Retratos de mujeres españolas del siglo XIX*. Madrid: Imprenta de Julio Cosano, 1924.
- CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: a vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- CALÓGERAS, João Pandiá. D. Carlota Joaquina e "El año diez". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 396, 1927. Tomo especial: *Política Exterior do Império*.
- EDMUNDO, Luiz. *A Corte de D. João VI no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1962. v. 7.
- ENGEL, Magali Gouveia. Imagens femininas em romances naturalistas brasileiros (1881-1903). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 237-258, ago./set. 1989.
- HESPANA, António Manuel (Coord.). O Antigo Regime (1620-1807). In: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. v. 4.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. t. 1, v. 2.
- JAUCH, Ursula Pia. *Filosofia das damas y moral masculina*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. p. 141-184.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908. v. 1.
- PEREIRA, Sara Marques. *D. Carlota Joaquina e os "Espelhos de Clio"*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- ROCHA, Arthur Renato. História diplomática do Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 130, p. 263, 1927.
- ROUDINESCO, Élisabeth. *Feminismo y Revolución*: Théroigne de Méricourt. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1990.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953. v. 5.